



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Relatório de Audiência

Dia: 3 de Março de 2011

Hora: 14h00

ENTIDADE: AFP – Associação Fonográfica Portuguesa, representada por: Dr. João Teixeira (Presidente), Dr. Eduardo Simões (Director Geral), Mário Laginha (músico), Carminho (fadista) e Susana Félix (cantora).

Recebido por:

Deputados João Serrano (PS), Helena Lopes da Costa (PSD), Catarina Martins (BE) e João Oliveira (PCP).

O Senhor Deputado João Serrano, coordenador do Grupo de Trabalho, deu as boas-vindas aos representantes da AFP e deu a palavra ao seu Presidente, que passou a expor os motivos que suscitaram o pedido de audiência: as questões da propriedade intelectual e da pirataria, em especial a praticada através da Internet, uma vez que, apesar de o nosso ordenamento jurídico consagrar a protecção dos direitos de autor, quanto à pirataria na Internet, não há soluções e o ordenamento jurídico não dá respostas. Abordaram depois a dimensão cultural e financeira da questão, argumentando que, com uma queda de 75% de volume de negócio, muitas pessoas que poderiam vir a ter uma carreira artística ou a investir na carreira de novos talentos deixam de o fazer, porque passa a ser um investimento de risco, pondo em causa, inclusive, a diversidade de oferta do panorama cultural. Referiram também que esta é uma actividade que, até agora, tem sido auto-sustentável, mas, se nada for feito, terá de passar a ser subsidiada ou deixará de existir, com consequências no emprego que esta actividade gera, tanto directa como indirectamente. Alertaram ainda para o facto de o fenómeno da pirataria pela Internet ser muito superior à que tradicionalmente se comercializava nas feiras e mercados.

Depois de abordarem as soluções legislativas adoptadas em França e no Reino Unido, defenderam uma solução de resposta gradual, não descriminalizando a prática mas tornar a lei mais ágil e eficaz, com a colaboração dos fornecedores de Internet. Defenderam a aplicação de uma sanção/coima por entidades administrativas, com possibilidade de recurso para tribunal. Realçaram o facto de os artistas estarem dependentes do seu trabalho e sentirem-se desprotegidos com os novos formatos que entretanto surgiram, tendo defendido a necessidade de legislação que dê dignidade a esta profissão como a qualquer outra. Finalmente, fizeram referência à questão educacional, uma vez que quem faz mais downloads



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ilegais de música da Internet são os jovens, sem qualquer consciência de que estão a praticar um acto ilegal.

Terminada a exposição, seguiu-se uma breve fase de debate, no qual intervieram todos os Senhores Deputados presentes, tendo sido colocadas questões sobre um eventual protocolo assinado pela AFP e a IGAC, para combate à pirataria; a eventual adaptação, do ponto de vista jurídico, de sistemas já existentes noutros países; sobre problemas da compatibilização da intersecção de comunicações com a Constituição; sobre a existência de algum estudo sobre o comportamento dos consumidores que recorrem à cópia não autorizada; e sobre o selo da IGAC que é apostado nestes produtos comercializados legalmente.

Os representantes da AFP esclareceram que na IGAC não havia preparação para a fiscalização deste tipo de pirataria, pelo que, através desse protocolo, vieram de Inglaterra formadores nesta área, para a IGAC, só que actuar apenas no sentido de instruir processos para serem levados a tribunal acaba por não resolver o problema, neste momento, tendo a formação sido ministrada em Maio e Junho de 2010 e ainda não começou a actividade inspectiva por se terem verificado dificuldades de meios técnicos e humanos. Defenderam a manutenção da criminalização da conduta para os casos de disponibilização de ficheiros com intuito comercial de obter lucro. No que toca a uma eventual intersecção de comunicações, esclareceram que não é isso que acontece na solução que defendem, mas sim que a entidade responsável nesta área actue como parceiro na comunicação, denunciando a situação. Reiteraram a defesa da solução da resposta gradual, também como meio de prevenção, e referiram a existência de modelos gratuitos para ouvir música em streaming, sem custos, bem como de subscrição por valores muito baixos. Na opinião da AFP, as matérias de propriedade intelectual deveriam constar dos diversos graus de ensino, para serem transmitidas algumas noções aos jovens e prevenir estas situações. No que toca ao selo da IGAC, entendem que perdeu um pouco a sua utilidade, porque destinava-se a que os agentes da autoridade pudessem fiscalizar nas feiras e mercados quais os produtos legítimos e os contrafeitos, com o comércio digital, virtual, eles perder a sua utilidade, colocando-se também questões de compatibilização da sua existência com as regras de livre circulação na União Europeia.

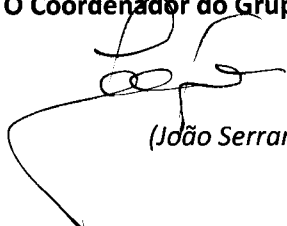
O Senhor Deputado João Serrano agradeceu os esclarecimentos prestados e encerrou a audiência pelas 15:00h, a qual foi gravada em suporte áudio, que faz parte integrante do presente relatório.

Palácio de São Bento, em 3 de Março de 2011



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

O Coordenador do Grupo de Trabalho



(João Serrano)